COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 29.10.2026

ATA Nº 479

Aos vinte e nove dias de outubro de dois mil e vinte e seis, reuniu-se, ordinariamente, às 09 horas, por videoconferência, o Conselho Fiscal (CF) da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB/CPRM), com a participação da Presidente do Conselho Julevânia Alves Olegário e dos conselheiros titulares Marcelo Pereira de Amorim e Morgana Viott. Atuou como secretária Izabela Duarte Giffoni, chefe da Secretaria Geral (SEGER). Também participaram da reunião: o chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Carlos Eduardo de Oliveira Dantas; o chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Fernando Fonseca Avellar; o representante da Auditoria Independente AUDIMEC, Jairo Sant'ana; o Chefe da Consultoria Jurídica (COJUR), Reginaldo Dantas da Silva; o Chefe da Divisão de Contencioso (DICOTE), Mauricio Mattos dos Santos; a chefe da Divisão de Estudos e Pareceres (DIESPA), Daniele Teixeira de Carvalho; os membros do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), Palmiro Franco Capone e Aline Alves Pinheiro; e a Analista em Geociência da Secretaria Geral (SEGER), Estela Fabiana Missio. A Presidente do Conselho cumprimentou a todos, registrou a existência de quórum para a realização da reunião, e declarou abertos os trabalhos, passando-se à apreciação dos seguintes assuntos: **i. Assuntos da Contabilidade:** O Chefe da DICOGE contextualizou que o processo licitatório para contratação da auditoria independente, iniciado em 2025, foi concluído no primeiro semestre de 2026, com publicação do extrato do contrato em junho de 2026, o que impactou o cronograma de revisão das informações trimestrais do exercício. Informou, ainda, que a entrega da documentação preliminar à auditoria independente foi concluída em meados de outubro de 2026 e que, a partir de sua análise prévia, foram solicitadas informações complementares, encontrando-se em andamento as revisões referentes ao 1º e 2º trimestres de 2026. O representante da auditoria independente, AUDIMEC, informou que as revisões das informações trimestrais referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2026 estão em andamento paralelamente, e que deverão ser concluídas e emitidas em conjunto no mês de novembro, acompanhadas do relatório circunstanciado sobre controles internos, de modo a permitir sua disponibilização ao Conselho Fiscal e COAUD com antecedência cabível à reunião de novembro. O Conselho Fiscal solicitou cronograma para recebimento antecipado dos relatórios da auditoria independente. Ficou prevista a apresentação dos resultados na reunião de 27/11/2026, com participação do COAUD. O representante da AUDIMEC e o Chefe da DICOGE comprometeram-se a disponibilizar o material até 19/11/2026, em observância ao prazo de antecedência para envio da documentação. Após finalizarem debate sobre o tema, os Membros do COAUD agradeceram a todos e se retiraram da reunião. Seguindo a apresentação do Chefe da DICOGE, em relação à análise de balancetes de Julho, Agosto e Setembro de 2026 disponibilizados, esclareceu-se que o resultado acumulado do exercício era negativo, com prejuízo de aproximadamente R$ 2,3 milhões. Explicou a questão do descasamento entre o reconhecimento das despesas e receitas próprias pelo regime de competência e dos repasses do Tesouro Nacional pelo regime de caixa, e destacou que a suplementação de R$ 50 milhões, recebida em outubro, será contabilizada no quarto trimestre. Abordou a classificação contábil de bens, as provisões de férias e 13º, bem como os registros contábeis de doações, transferências e Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Diante de alguns questionamentos apresentados, estabelecida a solicitação de convite para participação de representantes do Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio (DEAMP) na próxima reunião do Conselho Fiscal, para abordar os temas de aquisições, patrimônio, contratos, convênios e TEDs. No que tange à análise das Certidões, o chefe da DICOGE informou que a certidão federal, necessária para assegurar a regularidade dos fluxos financeiros de contratos e convênios, encontra-se válida até 28 de fevereiro de 2027. Quanto ao FGTS, informou-se que se encontra regular, esclarecendo-se que a certidão tem validade de um mês, enquanto as demais possuem, em geral, validade de 90 dias ou prazo definido pela legislação aplicável. O Conselho Fiscal reforçou a solicitação de que a situação do FGTS conste mensalmente da planilha consolidada de controle de certidões, para fins de acompanhamento. **ii. Execução Orçamentária e Financeira:** O chefe do DECOF apresentou a execução orçamentária e financeira da Lei Orçamentária Anual (LOA 2026), com comparativos em relação ao mesmo período do exercício anterior, bem como o acompanhamento dos restos a pagar (RAP) e dos limites de empenho e pagamento. Registrou-se liquidação da ordem de 49%, que equivale ao montante aproximado de R$78 milhões, bem como a execução do RAP da ordem de R$19 milhões. Informou que a empresa vem utilizando praticamente todo o limite de empenho disponibilizado, tendo solicitado ao MME a antecipação de limite para atender às despesas de outubro e novembro. Esclareceu que apesar da antecipação de limite obtida por meio da Portaria nº 474, a restrição de limite para as despesas do PAC (RP3) permanece. Informou, ainda, que a execução dos novos projetos de levantamento aerogeofísico, atualmente em fase de mobilização, se concentrará em novembro e dezembro, o que deverá elevar a liquidação das despesas vinculadas ao PAC. Por fim, na comparação entre os exercícios de 2025 e 2026, ressaltou que, embora os percentuais de execução e liquidação estejam abaixo dos observados no exercício anterior, os valores absolutos executados em 2026 são superiores, considerando que a dotação disponível na LOA 2026 é maior em mais de R$ 55 milhões. **iii. Apresentação da Consultoria Jurídica (COJUR):** O Chefe da Divisão de Contencioso (DICOTE) contextualizou as principais ações do contencioso do SGB/CPRM, nas áreas cível, tributária e trabalhista, apresentadas periodicamente na planilha de acompanhamento. Informou que o aprimoramento da fiscalização dos contratos de terceirização tem contribuído para a redução das condenações e que o reconhecimento judicial da imunidade tributária sobre o patrimônio da empresa, obtido a partir de 2018, proporcionou redução significativa do passivo. O Chefe da COJUR complementou a exposição, reforçando a importância da fiscalização contratual na prevenção e mitigação da responsabilidade subsidiária da empresa. Em seguida, a Chefe da Divisão de Estudos e Pareceres (DIESPA) apresentou as principais atribuições da área, de natureza preventiva e complementar à atuação do contencioso, que incluem a análise jurídica de processos administrativos de contratação, licitações, normas internas, convênios, acordos de cooperação e instrumentos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Informou, ainda, que o DEAMP estruturou setor específico para apoio na gestão e fiscalização de contratos, e, quando cabível, apuração de responsabilidades e aplicação de sanções às empresas contratadas. Os Conselheiros solicitaram consignar em ata a recomendação de que a empresa continue envidando esforços para, a partir das matérias mais recorrentes do contencioso, estruturar frentes e planos de ação voltados à prevenção de novas demandas judiciais. Registrou-se, ainda, que será feito convite aos setores do DEAMP para exposição na próxima reunião do CF. **iv. Demonstrativo de Contratos e Convênios:** O Conselho Fiscal tomou conhecimento das planilhas de acompanhamento de contratos, convênios e TEDs, relativa ao mês de setembro de 2026. **v. Dívidas de Clientes:** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da planilha de acompanhamento de Dívidas de Clientes, relativa ao mês de setembro de 2026. **vi. Atas do CA, DE e COAUD:** O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Atas da DE 1398, 1399 e 1400, CA 374, e COAUD 160 e 161. Por fim, registrou-se o convite já formalizado à Governança para participação na reunião de novembro, com a apresentação da proposta de atualização do Regimento Interno do CF e do Plano de Trabalho do CF para 2027; bem como o convite à Auditoria Interna (AUDITE) para participação na reunião de dezembro, com vistas ao acompanhamento dos trabalhos realizados em 2026, incluindo os desdobramentos relacionados ao Relatório de Auditoria Operacional do TCU (TC 005.578/2025-6), cuja inclusão no PAINT 2027 também foi sugerida pelo Conselho. **vii. Outros assuntos:** O Conselho tomou conhecimento da resposta do processo SEI nº(48038.000091/2026-20), que trata do mapeamento dos empregados que estão recebendo bolsa. Ao final dos trabalhos, a Conselheira Morgana Viott informou sobre seu

desligamento do Ministério de Minas e Energia e que apresentará carta de renúncia ao cargo de membro do Conselho Fiscal, em razão de incompatibilidade com suas novas atividades profissionais. Agradeceu aos demais membros e à Secretaria Geral pelo apoio durante sua atuação no colegiado, colocando-se à disposição para o que for necessário. Os Conselheiros e a Secretaria Geral agradeceram a contribuição da Conselheira aos trabalhos do Conselho Fiscal e desejaram-lhe sucesso em sua nova trajetória profissional. Registrou-se que na ocasião da renúncia, e uma vez configurada a vacância do cargo de membro titular, será convocado o respectivo suplente, Sr. José Luiz Ubaldino de Lima, para participação nas reuniões do colegiado até a eleição do novo titular pela Assembleia Geral, nos termos do art. 96, § 1º, do Estatuto Social do SGB/CPRM e do Regimento Interno do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada; e eu, Izabela Duarte Giffoni, chefe da Secretaria Geral, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos os presentes.

JULEVÂNIA ALVES OLEGÁRIO

Presidente

MORGANA VIOTT

Conselheira

Documento assinado digitalmente
gov.br
MORGANA VIOTT
Data: 19/11/2026 09:18:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARCELO PEREIRA DE AMORIM

Conselheiro

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARCELO PEREIRA DE AMORIM
Data: 19/11/2026 13:43:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

IZABELA DUARTE GIFFONI

Secretária

Documento assinado digitalmente
gov.br
IZABELA DUARTE GIFFONI
Data: 19/11/2026 11:47:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente
gov.br
JULEVANIA ALVES OLEGARIO
Data: 23/11/2026 10:33:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br